

Resenha



Ismail Shammout. *Warrior (Guerreiro)*.
1968. Óleo sobre tela. 50 x 70 cm.

N
S

Editora
UFG

Cleber Dias

Epopeias em dias de prazer

uma história do lazer na natureza (1779-1838)



DIAS, Cleber. Epopeias em dias de prazer: uma história do lazer na natureza (1779- 1838). Goiânia: Editora da UFG, 2013. 182 p

Carla Edieni da Silva Alves

Graduada em História pela Universidade Estadual de Goiás. Discente do Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER), nível mestrado, da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Pesquisadora das transformações culturais, políticas, sociais e ambientais ocorridas no rio Araguaia. E-mail: carlaedieni@hotmail.com



Maria de Fátima Oliveira

Doutora em História (UFG). Professora no Campus de Ciências Sócioeconômicas e Humanas da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Docente no Programa de Mestrado Interdisciplinar Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (TECCER). E-mail: proffatima@hotmail.com



Cleber Augusto Gonçalves Dias é Doutor em Educação Física pela Universidade de Campinas (UNICAMP) e Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Atualmente é Professor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde atua como Docente e Coordenador do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Estudos do Lazer. Integrou o corpo docente da Universidade Federal de Goiás (UFG) no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos em 2012 e 2013. Pesquisador especializado em estudos do lazer e do esporte, autor de outros livros sobre esta temática, e de diversos artigos em periódicos do Brasil e de outros países. É consultor de periódicos nacionais e internacionais e Editorexecutivo da Recorde – Revista de História do Esporte.

Com o título, *Epopéias em dias de prazer: uma história do lazer na natureza (1779-1838)*, o livro foi selecionado pelo Centro Editoriale Gráfico da Editora UFG, no Concurso Literário Coleção Vertentes, como uma das dez melhores obras para publicação pela editora em 2013. Nele, o autor apresenta uma rica discussão interdisciplinar a respeito da periodização e estudo histórico do lazer no Brasil, mostrando que o surgimento de uma nova sensibilidade sobre o uso do tempo livre remete, no mínimo ao último quartel do século XVIII, quando alguns segmentos das elites brasileiras inventaram novas formas de diversão, como os piqueniques, excursões ou fins de semana em casas de campo.

O livro é composto por uma introdução, seis eixos temáticos e um epílogo. Na introdução o autor expõe suas motivações e objetivos para a pesquisa que resultou neste livro, explicitando que o foco principal foi analisar historicamente a gênese dos hábitos de lazer na natureza, mais especificamente no Rio de Janeiro, justificando que o longo recorte temporal (1779-1838) é devido a momentos de mudanças significativas no Brasil e particularmente no Rio de Janeiro. Período este em que, segundo Dias, é possível identificar o início de uma organização mais sistemática da apropriação e exploração comercial de práticas lúdicas e uma marcação de ritmos que demarcavam os momentos de trabalho e lazer, principalmente na cidade do Rio de Janeiro.

O primeiro capítulo, intitulado “A invenção da paisagem e o lazer na natureza” mostra que os principais elementos responsáveis pela configuração dos hábitos de lazer na natureza tal como os conhecemos na atualidade são: o surgimento de uma nova sensibilidade diante da natureza, a urbanização e a ampliação do mercado de serviços. Para Dias, a invenção da paisagem é “uma apresentação culturalmente instituída da natureza, a construção de um equivalente simbólico que serve como ponto de encontro para todo um esforço intelectual que ordena e dá forma às nossas percepções”. Segundo seu pensamento, esse processo de mudança começa a tomar forma a partir do final do século XVIII. Para tal afirmação, Dias baseia-se, por exemplo, em Simon Schama (2009) para argumentar que “paisagem é cultura antes de ser natureza” e que a “a natureza selvagem não demarca a si mesma, não se nomeia [...]. Tampouco venera a si mesma [...]”. Segundo essa reflexão, não é a natureza que tem esse poder, que é próprio dos humanos, que culturalmente “inventam” a paisagem. Sendo assim, é como olhar através de um filtro (artifícios simbólicos) que classifica a realidade imediata

dentro de uma grade interpretativa predeterminada pela cultura associada a sentimentos e significados diferentes em épocas distintas. A beleza da natureza é vista como um produto cultural, não seguindo necessariamente a mesma tendência no modo de olhá-la ao longo dos séculos. O autor conclui o capítulo mostrando o contexto europeu que influenciou na “invenção” da paisagem no Brasil no século XVIII, tanto no olhar dos viajantes estrangeiros como na percepção dos *filhos da terra* que estudavam na Europa.

Em “Novas cousas maravilhosas para se ver”, título do segundo capítulo, o autor se apoia nos relatos de diversos viajantes estrangeiros que passaram pelo Brasil no século XIX, o autor afirma que eles contribuíram para uma mudança de olhar e de atitude para com a natureza. No Brasil, segundo Dias, a visão predominante no início da colonização, com base em Sérgio Buarque de Holanda, era a de que não havia entre os colonizadores portugueses uma grande propensão ao maravilhoso, por causa de sua larga experiência em viagens exploratórias anteriores. Desse modo, explica que a sua sensibilidade para o fantástico, estava de certo modo amortecida, sendo suas visões de mundo regidas mais pela experiência direta e imediata. Esta perspectiva vai mudar significativamente com o incentivo às viagens científicas ao longo do século XVIII e XIX, o que contribuiu para a construção de um novo olhar sobre a natureza, e conseqüentemente um novo discurso que resultou na criação de representações sobre ela. O autor atesta que no Brasil setecentista começa a surgir então uma significativa mudança no modo de pensar a natureza, valorizando as aparências visíveis e deixando de simbolizar somente as forças divinas. Argumenta ainda que a contemplação e a invenção da natureza não eram somente um trabalho científico, pois não se podia considerar todos os “viajantes como cientistas profissionais *stricto senso*”, visto que grande parte eram artistas amadores, colecionadores e naturalistas autofinanciados que forneciam a matéria-prima para a visão europeia dos trópicos. Neste sentido, o autor diz que as viagens para o Brasil eram quase como um passatempo, sendo em última instância uma dedicação para com a história natural por parte destes viajantes. Desse modo, Dias diz haver duas formas de excursões à natureza: as viagens por interesses comerciais e científicos entrelaçadas com motivações teológicas, morais e estéticas. No caso brasileiro, afirma que a representação da natureza sedimentou-se na condição de paisagem em conformidade com um consenso culturalmente estabelecido na maneira de qualificá-la. Assim, na verdade, o que a “invenção

da paisagem” - conjunto de convenções culturais que organiza experiências diante de ambientes naturais – estimula, é a contemplação de lugares capazes de sintetizar os princípios estéticos que a visão pode representar. O autor conclui que embora as práticas de lazer existentes nesse período eventualmente não se assemelhem às práticas mais contemporâneas, mesmo assim elas são responsáveis por um conjunto de experiências e sentidos capazes de ligar à ideia de que na natureza o ambiente é mais saudável, mais livre e espontâneo e todo esforço será recompensado pela beleza do cenário, propícia ao lazer.

No terceiro capítulo, intitulado de “A reinvenção do lazer”, o autor busca apoiar-se em autores como Henry Loyn para pensar os equívocos das representações obscuras sobre a Idade Média, assim como sobre o Brasil pré-moderno. Para ele a *invenção do lazer* teria surgido no Brasil nos últimos anos do século XVIII, mas as mudanças significativas em relação ao tempo livre, tal como são representadas passaram a ocorrer por volta de 1850 e 1860, e se firmariam de fato como práticas após esse tempo. Ao datar as origens que caracterizam as recreações aristocráticas e os lazeres burgueses, que ocorrem entre 1808 e 1850, Dias destaca que a ausência dessas práticas anteriormente está ligada principalmente ao desconforto das viagens de navios, da pouca estrutura das estalagens e a justaposição dos divertimentos ao trabalho ou às práticas religiosas. Todos esses fatores podem ter contribuído para não atribuir atividades lúdicas da época o nome de lazer, mas, pensar o Rio de Janeiro como uma vila colonial, justamente após a transferência da corte e principalmente no final do século, “seria um equívoco”. Possivelmente, as dificuldades em identificar fenômenos ligados ao lazer antes deste período se devam menos à sua inexistência propriamente dita e mais a empecilhos metodológicos ou a inadequação dos quadros teóricos adotados de forma generalizada nas análises. O autor conclui que parâmetros de modernização não afetam, nem ocorrem do mesmo modo em diferentes grupos sociais, ou seja, a forma de tempo livre na Europa é somente uma dentre muitas possíveis e não há necessidade de as tomarmos como padrão. É neste sentido que Dias afirma existir evidências de práticas de lazer no Brasil desde o final do século XVIII.

“Casas de campo, chácaras e quintas”, é o título do quarto capítulo do livro. Nele o autor volta a reforçar que as práticas de lazer pareciam estar solidamente definidas em 1850, tanto entre os estrangeiros, como entre os nativos e ressalta que os costumes de lazer não

surgiram pela primeira vez nesta época, ao contrário, vinham se formando desde tempos anteriores. Ao retroceder até 1820 ele afirma que os passeios voltados para a natureza, nos campos, chácaras e quintas são uma constante nos relatórios dos estrangeiros de maneira muito semelhante. No ano de 1840, o próprio Dom Pedro II em meio às viagens de obrigações, também tratava de viagens de prazer. No Rio de Janeiro, especialmente na região de Botafogo, as pessoas de posses da época costumavam ter suas casas de campo, inclusive casas de aluguel para temporada de verão, particularmente, devido aos ares saudáveis, uma vez que a noção de ter contato com ar puro era tido como saudável e era recomendado pelos médicos desde meados do século XVII. Dias mostra que o desejo de um lugar de lazer no campo começa a ocorrer assim que as pessoas passam a viver em cidades e que essas casas de campo eram lugar de refúgio do calor para as famílias abastadas, onde aproveitando para caminhar e desfrutar as paisagens. Desse modo, a prática desse tipo de lazer, tão apreciado pela aristocracia do Rio de Janeiro, preferencialmente nas regiões de Botafogo e Tijuca, era, de certo forma, uma cópia dos passeios que faziam sucesso na França e Inglaterra no mesmo período. Tanto que Botafogo ficou conhecido pelo grande número de ingleses e a Serra da Tijuca, pelo número de franceses que passaram a viver ali.

No capítulo cinco, “Epopéias em dias de prazer”, que deu título ao livro, o autor mostra que em alguns lugares onde se construíam casas de campo, também eram palco de outros lazeres na natureza. Conventos no morro de São Bento frequentados como sítios de lazer, *casitas*, como a do Barão do Rio Preto na Ilha do Governador foram utilizadas para fins de caça real, enquanto outras ilhas próximas a esta, podiam ser frequentadas com a mesma finalidade por pessoas diversas. O deslocamento para esses lugares ocorria pelo mar, com saídas em geral pelas quatro da madrugada em períodos de feriados (dias santo), levando os artigos essenciais para tal lazer. Segundo relatos catalogados por Dias, nesses passeios, os integrantes compartilhavam de alegres cafés da manhã, passeios, banhos de rio, almoço, repousos em esteiras estendidas a sombra de uma árvore ou gozando de “acomodações” de um leito, em troca de pagamento. Tratava-se de um dia dedicado ao desfrute na natureza. Essas experiências eram executadas nas montanhas, ilhas ou praias cariocas e eram altamente recomendadas. Em 1840, o Corcovado era um desses passeios movidos pela busca de exercícios ou de solidão. O uso desse espaço teria se iniciado logo após a independência do

Brasil, quando da abertura de uma clareira para instalação dotelégrafo, tendo essa iniciativa, facilitado os passeios ao Corcovado nos dias de domingo. Assim, esse local tornou-se um ponto de apoio e logo passou a servir refeições para os visitantes, principalmente para os membros da Corte. Além do Corcovado, o Pão de Açúcar é outro ponto mencionado pelo autor, cujo monte, esculpido pela natureza, serviria não somente aos passeios, mas também às aventuras de se escalar. Os passeios por estes pontos vão se tornando então um costume que se dissemina no Brasil. Assim, independente da função pela qual esses locais eram procurados e visitados, as possibilidades de se valerem de lugares como Corcovado, Teresópolis e Tijuca passaram a constar nos registros para fins de lazer.

O último capítulo, “Ser útil ainda que brincando”, foi reservado para falar do Passeio Público do Rio de Janeiro, destacado aqui como um dos primeiros lugares construído com a finalidade de oferecer diversão à sociedade carioca. O Passeio Público foi, se não o primeiro, o mais ostensivo lugar de lazer, articulado com um programa de reformas políticas e urbanas para reforçar o progresso da civilidade brasileira. O início da sua construção ocorreu em 1779, sob o governo do vice-rei D. Luís de Vasconcelos, mas a data exata de sua conclusão é obscura, possivelmente por volta de 1783. Dias argumenta que este local foi construído com base em um forte senso utilitarista, próprio do pensamento iluminista, com sua arquitetura imitando o modelo do Passeio Público de Lisboa. A expressão “sou útil ainda que brincando”, reflete bem o pensamento iluminista que visava aproximar o fazer artístico com o da utilidade, ou seja, a natureza dominada pela razão. Quanto aos recursos para o empreendimento, assinala que estes foram obtidos por meio de trabalho forçado de presos e rendimentos resultantes do açoite de escravos. Sua importância foi tamanha, ao ponto de servir de palco para as comemorações do casamento de D. João com D. Carlota Joaquina em 1786, mas constata que nem toda a população aderiu ao costume que o espaço previa, ou os usos que seus frequentadores lhe destinavam contrariavam os idealizadores da “civilidade” e das “boas maneiras”. As visões e julgamentos sobre o Passeio variavam dependendo do ponto de vista: ora era retratado como extremamente requintado, ora como abandonado e vazio, como por exemplo, José de Alencar que o via, por meio de suas crônicas como um local desolador. Assim, Dias conclui que apesar da importância que teve o Passeio Público do Rio de Janeiro, ele precisou passar por um número considerável de reformas no século XIX e foi marcado pelo

abandono e declínio, com rupturas e continuidades no que se refere à incidência de visitação ao longo de sua história. Em sua visão, o que interessa verdadeiramente é destacar a finalidade para qual o Passeio Público foi criado, ou seja, para dar suporte ao lazer.

Ao final, o livro conta ainda com um epílogo no qual Dias reforça os argumentos sobre a sua hipótese de que a ocorrência histórica do lazer no Brasil pode ser datada ao menos desde os fins do século XVIII. Para isso ele esclarece o uso do conceito de lazer como sendo “um processo bem organizado e sistemático de apropriação e exploração comercial de práticas lúdicas, bem como a submissão de atividades cotidianas a uma marcação de ritmos que delimitam, de maneira relativamente clara, os momentos de trabalho e de descanso” (p. 159). Segundo seu argumento, o lazer na natureza tal como conhecemos, vinha se formando em períodos anteriores, e o fato de estarem restritos a certos grupos naquele período, não implica a impossibilidade da sua difusão. Assim, o autor acrescenta que se esse fosse o motivo para não utilizar o conceito de lazer no contexto do final do século XVIII, então todos os usos desse conceito, no estudo de qualquer período histórico, deveriam ser radicalmente repensados. Pois, quantos compartilham do imaginário e da escala de valores dramatizados pelo conceito de lazer?

Portanto, o livro de Dias é inovador tanto pelo tema como pela abordagem e contribui, sem dúvida, para uma melhor compreensão da relação do homem com a natureza na perspectiva do lazer.

